



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2023

(Do Sr. Luiz Philippe de Orleans e Bragança)

Apresentação: 22/08/2023 16:38:46.460 - MESA

RIC n.2166/2023

Solicita ao Sr. Luiz Marinho, ministro do Trabalho e Emprego, informações acerca da possibilidade de recriação da contribuição sindical obrigatória.

Senhor Presidente,

Requeiro, com base nos arts. 50, § 2º, e 70 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115, I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que sejam solicitadas ao Ministério do Trabalho e Emprego informações acerca da possibilidade de recriação da contribuição sindical obrigatória, conforme divulgado pela imprensa. Assim, indagamos:

1. Tem-se veiculado na imprensa que está para vir ao Congresso um novo texto com previsão de volta do imposto sindical com valor em até o triplo do anterior, e esse texto teria sido enviado ao Ministério por centrais sindicais. Assim, quais centrais assinaram a minuta do projeto? Qual a influência destes sindicatos nas políticas do ministério?
2. O Ministério ouviu amplamente os trabalhadores, incluindo aqueles que discordam da volta do imposto sindical?
3. Qual a lista completa com as reuniões realizadas pela equipe técnica da Pasta com sindicatos e trabalhadores sobre o tema, desde o início do Governo, incluindo o período do governo de transição?
4. Quais as razões que levaram o Governo a querer retroceder em um assunto que já foi debatido e expurgado pelo Congresso Nacional?
5. Em que medida o imposto sindical contribuirá com o aquecimento da

Câmara dos Deputados, Anexo IV – Gabinete 719 – Brasília – Distrito Federal – CEP 70.160 - 900
dep.luizphilippedeorleansebraganca@camara.leg.br | 61 3215-5719



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Philippe de Orleans e Bragança
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238726195800>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança

economia e estímulo ao consumo? Qual é a avaliação do impacto previsto na renda dos trabalhadores em comparação com os benefícios esperados para a economia ao redirecionar esses recursos para os sindicatos?

Apresentação: 22/08/2023 16:38:46.460 - MESA

RIC n.2166/2023

JUSTIFICAÇÃO

A imprensa nacional divulgou que o Ministério do Trabalho, e o governo, pretendem enviar para o Congresso Nacional projeto de lei que recria o imposto sindical, que seria descontado na folha de pagamento e fixado em até 1% do rendimento anual do trabalhador.^{1 2}

A contribuição sindical obrigatória foi revogada com a Reforma Trabalhista de 2017, o que, segundo o editorial do Globo, foi um avanço: “os sindicatos deixaram de ter uma fonte cativa de recursos sem fazer esforço e precisam se aproximar das categorias que representam. Os sindicalistas, há décadas habituados ao privilégio, tiveram de começar a justificar com seu trabalho o sustento das entidades.”³

O retorno da contribuição compulsória representaria um retrocesso, pois poderia incentivar o chamado “peleguismo” e aprofundar ainda mais a separação entre os trabalhadores e os sindicatos, além de ser uma afronta à liberdade

1<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/08/21/ministerio-do-trabalho-quer-novo-imposto-sindical-obrigatorio-tres-vezes-maior-do-que-o-extinto.ghtml>

2<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/proposta-de-volta-do-imposto-sindical-obrigatorio-preve-taxa-fixa-de-ate-1-do-rendimento-anual-do-trabalhador/>

3<https://oglobo.globo.com/opiniao/editorial/coluna/2023/08/volta-do-imposto-sindical-seria-um-retrocesso.ghtml>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança

individual. Em razão disso, muitos já estão se manifestando veementemente contra tal medida^{4 5 6}.

Deste modo, solicitamos ao Ministério informações acerca da proposta que será enviada ao Congresso. Entendemos ser crucial que a Pasta busque ouvir todas as partes envolvidas, incluindo aquelas que discordam da volta desse imposto. A busca por ampla participação e consulta é um princípio democrático fundamental, assegurando que as decisões governamentais sejam tomadas de maneira transparente e levem em consideração diversas opiniões.

Ante o exposto, solicitamos o envio do presente requerimento de informação ao Ministério do Trabalho e Emprego.

Sala das Sessões, em de agosto de 2023.

Deputado LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA
PL/SP

4<https://oglobo.globo.com/blogs/miriam-leitao/post/2023/08/volta-do-imposto-sindical-mostra-visao-velha-do-trabalho-no-ministerio-de-marinho.ghtml>

5<https://www.poder360.com.br/congresso/lideres-no-senado-chamam-volta-do-imposto-sindical-de-atraso/>

6<https://www.band.uol.com.br/radio-bandeirantes/noticias/claudio-humberto-volta-do-imposto-sindical-obrigatorio-e-retrocesso-vergonhoso-16626190>

Câmara dos Deputados, Anexo IV – Gabinete 719 – Brasília – Distrito Federal – CEP 70.160 - 900
dep.luizphilippeorleansebraganca@camara.leg.br | 61 3215-5719



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Philippe de Orleans e Bragança
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238726195800>

